



8 DE MARÇO DE 2006 COM: RECURSOS PARA POLÍTICAS DE IGUALDADE, FIM DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E APOSENTADORIA PARA AS DONAS DE CASA

Este é o primeiro *Fêmea* de um ano repleto de desafios. Em 2006, as lutas das mulheres pelo fim da violência sexista, pelo reconhecimento e valorização do trabalho doméstico não remunerado e para que o Estado assumira a sua responsabilidade com a educação infantil (creches e pré-escolas) vão ter forte repercussão no Congresso Nacional. As demandas dos movimentos de mulheres são pela aprovação imediata do projeto de Lei contra a Violência Doméstica; pela regulamentação do Emenda Constitucional que assegura o direito à aposentadoria às Donas de Casa; pela urgente e prioritária aprovação do FUNDEB, para assegurar os recursos necessários à universalização da educação básica em todo o País.

Nessas 12 páginas que chegam agora às suas mãos, será possível conhecer um pouco mais sobre as controvérsias e disputas políticas que estas demandas dos movimentos de mulheres suscitam no Congresso Nacional.

A batalha de sempre pelo fim da violência contra a mulher ganha novas frentes de luta. Em 25 unidades da federação, a partir do dia 7 de março, este objetivo mobilizará vigílias, de caráter político e cultural, em todo o País. A mobilização começou em Pernambuco. O janeiro que passou foi marcado pelo alto índice de homicídios que vitimaram as pernambucanas. Nada menos que 59 mulheres foram assassinadas até 20 de fevereiro naquele estado. Isso significa mais de uma morte por dia. Grande parte delas foi vítima de agressões praticadas por parceiros atuais ou ex-companheiros, no ambiente familiar, doméstico ou mesmo nas ruas.

A busca de solução para o problema mobilizou o Fórum de Mulheres do Pernambuco, que demandou iniciativas do

poder público no Estado, assim como em nível federal. A ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e a Deputada Luíza Erundina (PSB-SP), representando Comissão Externa da Câmara Federal estiveram em Recife para tratar da questão.

Outro desafio renovado é trazer a questão da garantia dos direitos das mulheres para o plano do orçamento público. Uma análise dos programas e ações desenvolvidos pelo governo federal nas áreas de trabalho, emprego e renda, que você encontrará nas páginas 5, 6 e 7, mostra que, em 2005, foram executados apenas 69,8% das despesas autorizadas na Lei Orçamentária do ano. O percentual é ainda menor do que o executado em 2004, que ficou em 77,1%. Uma comparação importante a fazer é que o total executado com os 18 programas analisados, não chega a 10% do valor do superávit primário.

Também nesta edição a pesquisadora peruana Cecilia Olea analisa a onda democrática que avança sobre a América Latina. Mesmo reconhecendo a importância da chegada ao poder das lideranças de esquerda na região, ela questiona se esses grupos conseguirão colocar em pauta questões historicamente enunciadas pelo movimento feminista, em outros movimentos sociais.

Além disso, você encontrará nas próximas páginas um debate aprofundado sobre a importância da mobilização das mulheres, seja para a garantia dos direitos humanos, quanto para a luta pela igualdade racial. Por fim, conheça detalhes sobre a mais nova publicação do CFEMEA – Perspectivas Críticas Feministas sobre as Reformas Trabalhista e Sindical. Boa Leitura!

O Feminismo sem pausas para crise política e eleição

No ano em que a agenda nacional combina cassações, eleições gerais e Copa do Mundo, as mulheres lutam para acrescentar novos ingredientes à mistura para alterar qualitativamente o resultado final: prioridade para a aprovação do Projeto de Lei contra a Violência Doméstica; o reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado e, conseqüentemente, a garantia do direito à aposentadoria a milhares de mulheres em todo o País; mais recursos para financiar as políticas públicas que promovam a igualdade entre mulheres e homens; direito ao aborto legal e seguro.

Nessa luta, uma vitória já pode ser contabilizada. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), aprovado no último dia da convocação extraordinária pela Câmara dos Deputados, assegura novos recursos para o financiamento de creches e pré-escolas. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação conseguiu congrega diversos movimentos sociais (de mulheres, sindicais, de defesa dos direitos da criança etc) mantendo ativa a mobilização e a pressão política sobre governo e parlamentares. Agora a PEC segue para o Senado Federal e, se sofrer alterações, ainda terá que voltar à Câmara.

No que diz respeito ao Orçamento da União, as notícias não são tão alvissareiras. A decisão a esse respeito foi adiada. Da convocação extraordinária, a matéria foi remetida para a análise depois do carnaval. Tomara que, em 8 de março, quando esta edição do FÊMEA já estiver nas suas mãos, as mobilizações das mulheres possam sensibilizar parlamentares e despertar suas consciências para não permitir que programas e ações – como por exemplo os destinados ao combate à violência contra a mulher, à gestão da política de gênero ou à autonomia econômica das mulheres – tenham menos recursos em 2006 do que os que obtiveram em 2005. Afinal, já eram tão poucos, que nem sequer davam conta dos compromissos assumidos pelo governo. Se diminuírem então... o que será?

A partir de março, de norte a sul do País, em cada um dos estados, ativistas dos movimentos de mulheres estarão em Vigília pelo Fim da Violência contra a Mulher e pela aprovação do PL 4559/2004. A mobilização, que começa no dia 7, promete não arrefecer até que a Lei seja sancionada. Para Gleyde Selma (da ONG feminista Advocaci), o projeto atende a uma luta de muitos anos do movimento de mulheres e feminista para retirar esse tipo de violência do rol de crimes de menor potencial ofensivo. Além disso, poderá dar uma resposta à altura a várias necessidades – estruturais e imediatas – vivenciadas por mulheres em situação de violência, como por exemplo, a proteção e a guarda de filh@s.

No dia 8 de março, Brasília vai receber mulheres de todo o País. Elas vêm reafirmar que está na hora de o Brasil retribuir o trabalho realizado em casa, nos afazeres domésticos e nos cuidados com a família. O reconhecimento que se quer é a aposentadoria para quem dedicou a vida a essa tarefa e, na velhice, não tem qualquer garantia. Hoje, existem aproximadamente 150 Comitês de Mobilização da Campanha pelo direito à aposentadoria das donas de casa. Em todos os estados, as mulheres querem agilidade e prioridade para a regulamentação da Emenda Constitucional que poderá beneficiar diretamente 655 mil pessoas. A proposta criou um sistema especial de inclusão previdenciária para atender trabalhadores de baixa renda e aqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito da sua residência. Mas sem regulamentação o direito é letra morta, na medida em que não se efetiva na vida das mulheres.

A postergação ou negação dos direitos das mulheres, as desigualdades sociais e econômicas depõem contra a democracia. Em meio à crise política que vive o País e a poucos meses das eleições gerais, é urgente a reflexão sobre os limites da democracia brasileira e como ampliá-los.

Nota: Neste Jornal, usamos o símbolo @ para o masculino e feminino, quando falamos dos dois sexos.
Exemplo: filh@ significa filha mulher ou filho homem.



SCS, Quadra 2, Bloco C, Sala 602,
Ed. Goiás – 70317-900 – Brasília-DF,
Telefax: 55+(61) 3224-1791

Endereço eletrônico:
imprensa@cfemea.org.br

Sítio:
<http://www.cfemea.org.br>

Conselho Deliberativo:

Eliana Graça, Leila Linhares, Maria Aparecida Schumacher, Natália Mori e integrantes do Colegiado
Diretor: Camilla C. Valadares,
Gilda Cabral e Guacira César de Oliveira.

Conselho Consultivo:

Albertina Costa, Carmem Campos, Clair Castilhos, Fátima Oliveira, Heleith Saffioti, Jacira Melo, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa, Mara Régia, Marcelo Lavenere, Margareth Arilha, Maria Amélia Teles, Maria Bethânia Melo Ávila, Nair Goulart, Salette Maccaloz, Sônia Correa e Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas:

Álvaro Vilaça, Comba Porto, Delaine Martins, Edna Roland, Ella Wiekó, Éster Kosovski, Gilberta Soares, Hildete Pereira, Paola Cappellin e Sílvia Pimentel.

Conselho Fiscal:

Cristina Araújo, Elisabeth Barreiros, Maria Zulene Farias Timbó e Tereza Montenegro.

Demais integrantes da equipe:

Adriano Fernandez Cavalcante, Francisco Rodrigues, Leiliane Cristina Lopes Reboúças, Mirla de Oliveira Maciel, Mylena Calasans de Matos, Natalia Mori, Rafael Moreira Soares.

Conselho de Parlamentares:

Deputadas Jandira Feghali, Iara Bernardi, Laura Carneiro, Luci Choinacki, Yeda Crusius e Zulaie Cobra. Deputados Alceu Colares, Fernando Gabeira, João Grandão e Roberto Freire. Senadora Maria do Carmo Alves. Senador Paulo Paim.

Jornalista Responsável:

Ismália Afonso

Apoio:

UNIFEM / DFID

Tiragem:

13.000 exemplares.

Editoração Eletrônica:

Quiz Design Gráfico
(Eduardo Meneses)

Impressão:

Gráfica Brasil

NÃO HÁ DIREITOS HUMANOS SEM AS MULHERES

Ivônio Barros

Depois da Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos começaram a ganhar uma condição social e política que jamais tiveram antes. Os ensaios do período entre-guerras nos Estados Unidos e na Europa agora ganharam contornos mais institucionais e globais. Isso não significa que o mundo passou a respeitar os direitos humanos. Ao contrário, em geral, a situação de desrespeito e descuido com os direitos humanos continuou. A Guerra Fria foi instaurada, o mundo iniciou a corrida nuclear, os conflitos regionais se multiplicaram, os norte-americanos invadiram o Vietnã e lá jogaram Napalm em vilarejos de civis, queimando crianças e mulheres. O terrorismo passa a ser usado sistematicamente como arma das superpotências em África, Oriente Médio e Ásia para jogar grupos e etnias umas contra as outras, golpes de estado são patrocinados pelos Estados Unidos e a tortura é instituída como meio corriqueiro de punição e investigação nas ditaduras militares pró-ocidentais. Em escala mundial, os direitos humanos continuaram a ser desrespeitados quase como no Holocausto, quase como na invasão japonesa à China e ao sudeste asiático.

Mas algo estava acontecendo, ao mesmo tempo. No âmbito das Nações Unidas e, acompanhando o processo de reconstrução da Europa, novos ordenamentos internacionais começaram a ser firmados.

No período anterior à Segunda Guerra Mundial, vários movimentos sociais ganharam expressão na luta pelos direitos civis e políticos das mulheres, os quais, de certa forma, completaram o ciclo institucional e político, do ponto de vista da cidadania liberal, das revoluções inglesa (século XVII) e francesa (século XVIII).

No pós-guerra, o que começa a tomar forma é um conceito mais amplo, que, ao mesmo tempo em que vai além da idéia de cidadania política, caracteriza a nova cidadania social e econômica que o Ocidente apregoa como expressão máxima da civilização.

Nas décadas de 1960 e 1970, quando nova onda de mobilizações e articulações se processavam nos Estados Unidos e na Europa, no Brasil, a ditadura militar limitava e impedia que a juventude e os movimentos sociais seguissem a agenda mundial. Mas, tão logo se inicia a rearticulação de movimentos sociais de cunho popular no Brasil, vê-se que dois tipos de atores vão se sobressair nos anos seguintes: a juventude estudantil e as mulheres. Enquanto os primeiros têm por base social as classes médias, os com forte participação feminina, especialmente nos anos 1970 e 1980, não estão localizados tematicamente, nem são protagonizados por grupos sociais homogêneos. Há forte participação popular e de classes pobres nos movimentos pelo transporte, em São Paulo, nos movimentos por moradia, no Rio de Janeiro, nos movimentos por saúde, em várias regiões do Brasil e assim por diante.

Não tivemos, no Brasil, movimentos com a expressividade das Mães da Praça de Maio, da Argentina, mas as mulheres formavam a maioria dos comitês pela anistia no Brasil e sempre estiveram à frente das campanhas pelas

liberdades democráticas e para a recuperação histórica e reparação política dos crimes da ditadura.

Os movimentos da juventude estudantil enfrentaram altos e baixos e hoje não têm a mesma forma e expressividade que tiveram nos fins da década de 70 do século passado. Mas os movimentos de mulheres foram à frente, no Brasil e em quase todo o mundo. Por aqui, passos pequenos, mas seqüenciais, foram dados em políticas públicas nas áreas de saúde, segurança e educação. No início dos anos 1980, foram criados os conselhos de direitos das mulheres, as delegacias especializadas em crimes contra as mulheres, os programas de saúde das mulheres etc.

Cada passo no campo das políticas públicas era reflexo de lutas difíceis e contínuas desses movimentos sociais.

Apesar de aparentarem um foco único no recorte de gênero, pois sempre trataram de defender e lutar pelos direitos das mulheres, foi o amadurecimento político desses movimentos que nos fizeram ver, a partir dos anos 1990, que se tratam de movimentos de direitos humanos. Movimentos que, ao colocarem em evidência a superexploração e a subordinação da mulher, desnudam o desrespeito geral aos direitos humanos. Não há direitos humanos sem as mulheres. Ao ver isso, os movimentos começam a perceber que cidadania só existe na medida em que existir direitos humanos em sua plenitude.

A presença e o protagonismo das mulheres nos movimentos de direitos humanos sempre existiram, mas começam a se expressar politicamente como fundamental nessa última quadra de nossa história recente. Esse protagonismo deve ser incentivado e apoiado por todos os outros movimentos. Ele fortalece o conjunto da luta pelos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais uma dimensão civilizatória que não se consegue sem as mulheres.

No entanto, as mulheres ainda são minoria na direção dos movimentos sociais, sindicais e partidários. Sua presença nos postos de direção do aparato estatal é insignificante, especialmente no Brasil. Só não é menor que a presença de afrodescendentes.

Está na hora de os movimentos sociais de direitos humanos avançarem um pouco mais no reconhecimento do protagonismo das mulheres e na compreensão de que a agenda dos movimentos de mulheres traz o significado e o valor de transformação social, cultural e política de que precisamos para avançar nos direitos humanos.

A boa notícia recente, num âmbito ainda muito restrito, é que o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos agora conta com uma coordenação colegiada formada por três dirigentes mulheres e dois homens. Pelo menos, nesse contexto, está se reconhecendo a capacidade diretiva e o protagonismo das mulheres.

Ivônio Barros é assessor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e membro da Coordenação do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos.



Enquanto isso no Congresso Nacional

A Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, de 16 de dezembro a 14 de fevereiro, causou polêmica desde seu anúncio. Veio com a promessa de dar celeridade ao trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que investigam as denúncias de corrupção e aprovar a Lei Orçamentária Anual de 2006 (LOA de 2006), bem como para concluir e/ou apressar o calendário de votações de matérias como Reforma Política, Verticalização das Coligações Eleitorais, Projeto das Microempresas, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), Revisão Constitucional, Redução do Recesso Parlamentar. Esses eram os motivos para justificar um gasto de R\$ 95 milhões.

O montante da despesa indignou a população. Pouco mais de cem parlamentares devolveram seus salários para os cofres públicos ou doaram para entidades da sociedade civil. Para responder a tal indignação, o Congresso aprovou no final da Convocação a Emenda Constitucional nº 51/06 que reduz o recesso parlamentar, de 90 para 55 dias e sem direito a salários extras quando houver convocação extraordinária. O fim da verticalização nas eleições também foi aprovada e transformada na EC 50/06, mas a regra não vai valer para as eleições de 2006.

Na lista de trabalho da Convocação constaram mais de cem proposições, porém na relação custo benefício a sociedade saiu perdendo. O Plenário da Câmara não deliberou sobre a cassação dos mandatos dos parlamentares e o Congresso ainda não aprovou a LOA de 2006. Na pauta também constaram alguns projetos de nosso interesse, mas nem todos conseguiram figurar na disputada agenda de apreciação e votação. O PL 4559/04 foi um deles. A intensa mobilização feita pelo movimento de mulheres e pela Bancada Feminina não foi suficiente para convencer os líderes partidários e o presidente da Câmara para votarem esse importante projeto que cria mecanismos para prevenir, punir e coibir a violência doméstica contra as mulheres.

Assim, a convocação veio e deixou sua dívida com as mulheres. Todo o movimento de mulheres está mais do que na expectativa para a aprovação dessa proposição. Esperamos que a promessa feita em 25 de novembro de 2005 seja realizada nas comemorações com o 8 de março de 2006. A vida das mulheres agradece.

Durante a Convocação tramitaram as seguintes proposições legislativas de nosso interesse:

Licença para mães e pais adotivos

O Senado aprovou no dia 18 de fevereiro, em segundo turno, por unanimidade, a PEC 31/2000, que estende a licença-maternidade e paternidade a mães e pais adotivos, ao modificar o artigo 7º da Constituição.

Com a proposta, as trabalhadoras que adotarem crianças poderão ter o benefício de 90 a 120 dias de licença-ma-

ternidade e os homens terão direito à licença-paternidade de cinco dias. A proposta traz mais segurança para as mães adotivas, que, apesar de terem esse direito assegurado na legislação ordinária (Lei 10.421/02), muitas tiveram mover processo judicial para gozar a licença, sob o argumento de que a Constituição só garante a licença-maternidade para as trabalhadoras gestantes.

A proposta original previa apenas a extensão do benefício às mães adotivas, mas a relatora da proposta na CCJ, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), acolheu em seu parecer emenda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), prevendo também a licença-paternidade em casos de adoção.

Em defesa da proposta, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), primeira-sinatária da PEC, lembrou que o regime jurídico único dos servidores públicos federais já concede licença remunerada para mães adotivas, de 90 dias para bebês de até um ano e de 30 dias para crianças acima dessa idade. Estender esse benefício aos demais trabalhador@s é uma importante medida para incentivar a adoção. Além disso, a extensão da licença para os pais adotivos é medida que promove a igualdade gênero.

A PEC já seguiu para Câmara dos Deputados, sob o nº 496/06, e está em discussão na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJC), tendo sido nomeado para relatoria o deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB/RS).

Educação

Foi aprovado, em segundo turno, no dia 2 de fevereiro, o substitutivo adotado pela Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC 536-A/97, à qual tramita em apenso a PEC 415/05, que trata do Fundeb.

A proposição foi encaminhada ao Senado Federal (PEC 9/2006) para ser apreciada por essa Casa e tem como relator o senador José Jorge (PFL/PE). O movimento de mulheres continuará com a mobilização para que permaneça no texto a inclusão da creches, aprovada pela Câmara, e não haja demora na tramitação e apreciação da proposição no Senado.

Rose Marie Muraro: Patrona do Feminismo Brasileiro

Em 30 de dezembro de 2005, foi sancionada a Lei 11.261, que declara Rose Marie Muraro patrona do Feminismo Nacional. O projeto que deu origem à Lei foi de autoria da deputada Laura Carneiro (PFL/RJ).

Rose Marie escreveu mais de 15 livros, dentre eles Memórias de uma Mulher Impossível. Trouxe para o Brasil a feminista norte-americana Betty Friedan em 1971 e foi uma das fundadoras do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. A homenagem é um reconhecimento de sua contribuição ao movimento feminista e à ampliação dos direitos das mulheres brasileiras.

DECISÕES SOBRE O ORÇAMENTO NÃO FAVORECEM COMBATE ÀS DESIGUALDADES

O ajuste fiscal promovido pelo governo federal em 2005 tem como um dos pilares a geração de superávits primários cada vez maiores para dar conta dos compromissos com o pagamento de juros e encargos da dívida pública. Assim, foi estabelecida uma meta de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para todo o setor público, dos quais metade deveria ser economizada no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exigindo sacrifício de parcela considerável da população. Mesmo assim, essa meta foi superada e atingiu uma economia dos gastos de cerca de 2,88% do PIB. Isso significa que deixou de ser gasta, nas políticas públicas de combate à pobreza, às desigualdades de gênero e raça e na realização de investimentos em infra-estrutura, a expressiva soma de R\$ 55,7 bilhões.

A opção por essa política econômica tem custos diretos, especialmente, para parcela da população desprovida de direitos, como o previdenciário. A justificativa de falta de recursos adia a regulamentação da Emenda Constitucional nº 47 que prevê a instituição de sistema especial de inclusão previdenciária de trabalhadores de baixa renda, inclusive aos que se dedicaram toda a vida exclusivamente aos afazeres domésticos. São 655 mil pessoas, em sua grande maioria mulheres, que deixam de receber salário mínimo mensal, uma garantia de certo grau de autonomia econômica e dignidade na velhice. Além disso, essa seria uma alternativa para tirar da invisibilidade o trabalho doméstico, ignorado e desqualificado socialmente. Estima-se um custo anual de cerca de R\$ 3 bilhões, o que representa apenas 5,4% do superávit fiscal promovido em 2005. Vale destacar que o projeto de lei orçamentário não prevê recursos para essa finalidade em 2006.

Os impactos dessa política de restrição fiscal no desenvolvimento das políticas públicas podem ser constatados também quando se analisa a execução das despesas em 2005. É bom lembrar que, em função do atraso da votação do Orçamento para 2006, o Poder Executivo, tentando evitar uma paralisia nos primeiros meses do ano, inscreveu em Restos a Pagar volume expressivo de despesas, aquelas autorizadas na Lei Orçamentária de 2005 que serão efetivamente pagas em 2006. Tal prática deverá elevar o percentual de execução de vários os programas.

Ao analisar os programas do Orçamento Mulher nas áreas de trabalho, emprego e renda (veja tabela a seguir), observa-se que foram efetivamente pagos em 2005 apenas R\$ 4,5 bilhões. O montante representa apenas 52,9% do autorizado, sendo inscritos como Restos a Pagar outros R\$ 1,3 bilhões, que significaram 16,9% do total. Considerando esses dois valores, devem ser executados R\$ 5,4 bilhões – 69,8% do total das despesas autorizadas na Lei Orçamentária de 2005, percentual menor que o realizado em 2004 que foi de 77,1%. Note-se que o total executado com esses 18 programas não chega a 10% do valor do superávit primário.

Para este ano, a perspectiva não é positiva para o conjunto desses programas. Segundo os relatórios setoriais

da proposta orçamentária para 2006, o valor autorizado deverá ser de R\$ 5,5 bilhões. É 5% menor que em 2004 (R\$ 5,8 bilhões) e 29% menor que 2005 (R\$ 7,8 bilhões) (veja tabela abaixo).

Programas e Ações Selecionados Trabalho, Emprego e Renda			
Ano	Despesa Autorizada	Despesa Realizada	%
2004	R\$ 5.839.556.859	R\$ 4.503.405.182	77,1
2005	R\$ 7.802.321.545	R\$ 5.442.652.416*	69,8
Previsão 2006	R\$ 5.539.262.655		

* Pagos + Restos a Pagar-Anulados até 21/01/06

NO CAMPO – O governo federal tem divulgado resultados positivos relativamente aos programas vinculados ao desenvolvimento agrário. Destaca o assentamento de 245 mil famílias em três anos, dessas 127,5 mil só em 2005, o melhor resultado de qualquer época, gerando 850 mil novos postos de trabalho na área rural. Destaca também o expressivo crescimento no atendimento da assistência técnica que passaram de 100 mil a 450 mil assentados, além de realização de inúmeros investimentos em infra-estrutura, entendendo a reforma agrária como “um processo de emancipação social, econômica e política de imensos contingentes do campo”, conforme publicado no sítio www.mda.gov.br.

Deve-se ressaltar, no entanto, a limitação orçamentária prevista para vários programas importantes que poderão comprometer o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Reforma Agrária.

O programa Assentamentos Sustentáveis da Reforma Agrária (0135) deverá dispor, em 2006, de R\$ 1,8 bilhões, valor menor que o executado em 2005 – R\$ 1,9 bilhões –, o que certamente põe em risco o cumprimento da meta de assentamento de 400 mil famílias até 2006.

A análise da execução orçamentária de alguns programas selecionados em 2005 (veja tabela na página 7) demonstra adequação, pois atinge percentual acima de 80% em quase todos eles, considerando a realização das despesas inscritas como Restos a Pagar. A exceção é o programa Agricultura Familiar (0351) que realizou somente 54,7% da dotação disponível, o que expressa significativa redução de recursos orçamentários, mas que, segundo técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), seriam substituídos por recursos não orçamentários do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Tal situação deve se repetir em 2006.

A linha de crédito Pronaf-Mulher, cujo objetivo é incentivar e reconhecer o trabalho feminino no campo por meio do crédito apropriado para a mulher, apresentou expressivo crescimento no Plano Safra. Passou, em valores aplicados, de R\$ 2,5 milhões em 2003/2004 para R\$ 17,3 milhões em 2004/2005.

O MDA, por meio do programa não orçamentário de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, tem se articulado com mulheres, como nos recentes encontros

regionais sobre políticas públicas para as assentadas e nos encontros com mulheres quilombolas, objetivando difundir e aperfeiçoar a perspectiva de gênero, raça e etnia e assim materializar pontos previstos no Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM). São desenvolvidas várias ações para apoio à produção, à capacitação, à assistência técnica e à extensão rural, à comercialização, ao fortalecimento institucional e à documentação civil e trabalhista, nos quais são incorporados esses mesmos recortes. O problema é que seu alcance e recursos ainda são muito limitados e os resultados, pouco conhecidos.

TRABALHO E RENDA – Em 2005, o programa Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho (1087), executado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), dispunha de dotação autorizada de quase R\$ 3,2 milhões, sendo contingenciados R\$ 458 mil. Assim, deverão ser realizadas despesas no valor de quase R\$ 2,6 milhões – 81% da dotação autorizada e 94,1% da dotação efetivamente disponível. Tal valor representa um acréscimo de 33% relativamente ao gasto em 2004, quando foram alocados apenas R\$ 1,9 milhões. São apoiadas várias iniciativas de capacitação técnica e gerencial e apoio técnico e financeiro, conforme previsto no PNPM. Mas, em função do reduzido volume de recursos disponibilizado e da estrutura limitada da secretaria, o número é pouco expressivo (em torno de 28 projetos) frente à necessidade de ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho e da garantia de autonomia econômica e financeira.

É preciso garantir efetivamente a transversalidade de gênero e raça nas políticas desenvolvidas no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), constituindo-se também um processo educativo e de fortalecimento da consciência da importância da autonomia pessoal, da alteração das relações de subordinação de gênero existentes no cotidiano, buscando o estabelecimento de relações sociais iguais entre homens e mulheres.

Para 2006, o relatório setorial aponta para esse programa uma dotação de quase R\$ 4 milhões, valor superior em 25% à previsão de 2005. A SPM já disponibilizou Termo de Referência e estabeleceu prazo de 15 de fevereiro para primeira chamada para recebimento das propostas de apoio financeiro, o que deverá antecipar a execução deste ano, em função da especificidade do ano eleitoral.

REDUÇÃO EM 2006 – A execução em 2005 dos programas desenvolvidos prioritariamente pelo MTE, considerando-se também os valores inscritos em Restos a Pagar, apresentou níveis variados. O programa Rede de Proteção ao Trabalho (0102), responsável por ações de combate à discriminação no mercado de trabalho desenvolvidas pelas Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), que em 2004 havia executado 92% dos valores autorizados, executou em 2005 apenas 64,5%, apesar de um pequeno crescimento no valor nominal aplicado, de R\$ 17,9 milhões para R\$ 20,9 milhões. Para 2006, o relatório setorial aponta uma dotação de apenas R\$ 17,5 milhões.

Já o programa Economia Solidária (1133), fundamental para a garantia da autonomia econômica e financeira de segmentos expressivos de mulheres, elevou o grau de execução de 37,5%, em 2004, para 99,3%, em 2005. Nesse

período, o volume de recursos aplicados passou de R\$ 22,3 milhões para R\$ 57,3 milhões, um crescimento de 157,5%. Infelizmente, essa trajetória deve ser interrompida em 2006, pois o relatório setorial do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2006 aponta uma previsão de apenas R\$ 34,5 milhões.

O programa Primeiro Emprego (1329), um dos poucos que incorpora a transversalidade de gênero e raça, apresenta o mesmo comportamento. Foram gastos, em 2004, R\$ 50,6 milhões e, em 2005, devem ser aplicados R\$ 101 milhões, mas a previsão para 2006 é de apenas R\$ 60 milhões.

O programa Qualificação Social e Profissional (0101), que também apresenta recorte de gênero e raça, passou por reformulação para evitar fraudes e desvios e recuperar a credibilidade perdida. Foram investidos em 2004 cerca de R\$ 77,3 milhões. Em 2005, o montante deve ser de R\$ 88,9 milhões. Entretanto, em 2006, a previsão é de redução da dotação para R\$ 83 milhões. As metas do Plano Nacional de Qualificação, para a questão de gênero e raça/etnia, foram superadas em 2003 e 2004.

Outro ponto importante de crítica que envolve grande número de programas é a morosidade na disponibilização de recursos, que só são liberados no final do ano e mesmo em outro exercício, comprometendo sobremaneira a qualidade do gasto público.

DOMÉSTICAS CIDADÃS – Em plena sintonia com o PNPM, uma novidade importante para as mulheres é o início do Plano de Trabalho Doméstico Cidadão, parceria da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e do MTE, cujos objetivos são elevar a escolaridade, ampliar a proteção social, fortalecer a representação das trabalhadoras domésticas, melhorar as condições de trabalho da categoria e estimular o debate, sobre a revisão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o estudo da legislação de edificação das dependências domésticas junto ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea). Serão também veiculadas campanhas de valorização do trabalho doméstico. No entanto, o alcance inicial do programa é de somente 350 trabalhadoras em seis estados. É preciso ampliar em muito o alcance desse plano, pois segundo a Seppir são cerca de 6 milhões de mulheres, dessas 56% negras, que vivem em situação de grande exploração e desvalorização.

É importante frisar que, dos quatro programas que incorporam a perspectiva de gênero e raça nessa área, três deverão apresentar redução da dotação aprovada para 2006.

A análise orçamentária já demonstra a execução de várias ações pontuais, algumas inclusive impulsionadas pelo processo de implementação do PNPM, dentro do eixo de Autonomia, Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania. Mas, é preciso avançar na transparência e na participação social no processo de planejamento, execução e avaliação do conjunto das políticas envolvidas, de forma que as organizações de mulheres possam atuar, acompanhar e cobrar em todas as fases da efetivação das políticas públicas. A criação do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é um importante passo nessa direção, mas é preciso acelerar tal processo.

EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO EM 2004 E 2005 PARA OS PROGRAMAS SELECIONADOS NA ÁREA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA E O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2006

PROGRAMA	2004				2005				2006			Var. %		
	A Autorizado	B Pagos+Restos a Pagar	% Execução	C Autorizado	D Liquidadado	E Pago	F Restos a Pagar - Anulados	G Restos a Pagar a Pagar	H Pagos+ Restos a Pagar-Anulados	% Execução	I Relatório Setorial 2006	I/A	I/C	I/H
0099 - INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	108.546.203	89.260.901	82,23	109.204.566	84.026.425	83.856.673	15.804.387	3.325.251	99.661.060	91,3	89.684.488	(17,4)	(17,9)	(10,0)
0101 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	107.847.479	77.337.626	71,71	130.134.247	67.573.207	67.503.996	21.365.929	2.738.216	88.869.925	68,3	83.059.685	(23,0)	(36,2)	(6,5)
0102 - REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO	19.429.800	17.925.823	92,26	32.357.547	19.391.669	19.367.292	1501011	29.936	20.868.303	64,5	17.452.000	(10,2)	(46,1)	(16,4)
0103 - DESENVOLVIMENTO CENTRADO NA GERAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	500.000	500	0,10	500.000	0	0	0	-	0	0,0	500.000	0,0	0,0	
1133 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	59.396.656	22.272.288	37,50	57.732.007	21.910.283	21.786.144	35.562.113	124.138	57.348.257	99,3	34.486.333	(41,9)	(40,3)	(39,9)
1329 - PRIMEIRO EMPREGO	160.626.710	50.565.637	31,48	140.399.903	65.036.254	64.383.424	36.605.116	897.861	100.988.540	71,9	60.100.000	(62,6)	(57,2)	(40,5)
0135 - ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS	1.469.438.931	1.170.909.367	79,68	2.146.015.009	1.670.704.017	1.648.538.192	256.214.950	4.271.237	1.904.753.142	88,8	1.797.325.238	22,3	(16,2)	(5,6)
0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REFORMA AGRÁRIA	298.021.303	196.728.174	66,01	510.461.715	249.004.229	242.632.168	175.740.342	2.950.164	418.372.510	82,0	524.776.409	76,1	2,8	25,4
0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	3.000.091.148	2.713.014.134	90,43	3.503.907.912	1.768.591.660	1.768.572.061	149.407.252	24.145.241	1.917.979.313	54,7	1.919.493.073	(36,0)	(45,2)	0,1
1116 - CREDITO FUNDIARIO	451.761.000	120.736.050	26,73	547.973.000	92.862.554	91.526.154	410.729.976	90.000	502.256.130	91,7	551.468.000	22,1	0,6	9,8
1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	23.200.000	22.140.021	95,43	135.541.090	24.934.667	24.934.558	96.635.454	-	121.570.012	89,7	169.001.136	628,5	24,7	39,0
0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	47.609.889	9.567.152	20,09	51.048.161	50.668.929	47.264.429	3745500	752.000	51.009.929	99,9	57.302.678	20,4	12,3	12,3
1008 - INCLUSÃO DIGITAL	25.750.000	4.999.840	19,42	348.233.218	34.101.437	18.195.570	82.777.381	2.531.316	100.972.951	29,0	176.615.997	585,9	(49,3)	74,9
1015 - ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	53.891.440	2.965.069	5,50	48.624.930	30.568.066	16.719.286	22.453.815	1.668.336	39.173.101	80,6	100.000	(99,8)	(99,8)	(99,7)
1016 - ARTESANATO BRASILEIRO	6.986.257	880.201	12,60	5.734.264	917.813	917.813	1.648.158	343.131	2.565.971	44,7	295.798	(95,8)	(94,8)	(88,5)
1087 - IGUALDADE DE GÊNERO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	3.935.000	1.933.019	49,12	3.183.872	1.967.250	1.965.817	602.325	426.432	2.568.142	80,7	3.980.000	1,1	25,0	55,0
1336 - BRASIL QUILOMBOLA				28.619.104	9.852.137	7.134.149	2.717.988	197.129	9.852.137	34,4	47.741.820		66,8	384,6
1387 - MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO									0		1.500.000			
8009 - ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER	2.525.043	2.169.380	85,91	2.651.000	1.785.880	1.785.880	2.057.116	20.000	3.842.996	145,0	4.380.000	73,5	65,2	14,0
Total	5.839.556.859	4.503.405.182	77,12	7.802.321.545	4.193.896.474	4.127.083.603	1.315.568.813	44.510.388	5.442.652.416	69,8	5.539.262.655	(5,1)	(29,0)	1,8

Fonte: Banco de Dados da Execução Orçamentária da União da Consultoria de Orçamento da Câmara Federal-atualização 20/01/2006 e relatórios setoriais PLOA 2006



Marcha Zumbi + 10

Estivemos, estaremos!

Alzira Rufino

Quem não ouviu o tambor virtual, panfletado nas vielas, nas favelas, nos morros, nas universidades, nos botequins, nos bares sem moda? O espaço virtual se propagou convocando todos e todas à luta, para derrubar as barreiras que tolhem o nosso povo partindo para a conquista da plena liberdade, igualdade e justiça social.

No dia 16 de novembro, Brasília ouviu a voz de todas e todos nós, mulheres e homens negros, jovens, quilombolas, artistas, jornalistas, religiosos, anônimos de várias classes sociais, desvinculados de tuteladas partidárias, do classicismo e tantas outras coisas menores que a nossa causa.

Movimentos em dois momentos, com várias faces, mas sempre em continuidade da grande luta de libertação, cujo líder e referência básica é Zumbi dos Palmares. Essa luta é propriedade nossa, de todo um povo no durante e no Pós-Zumbi +10.

Estivemos em Brasília mostrando que o Estado brasileiro continua nos legando condições de vida cruéis e desumanas, incompatíveis com a cidadania quanto ao acesso à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho e ao lazer.

Estivemos na Marcha rebeladas contra a intolerância religiosa e a violência racial, traduzida na morte precoce que rouba nossos filhos, nossas filhas, irmãos e irmãs, na infância, na adolescência e na juventude, impedindo que tenham o direito de chegar à vida adulta e para deixar um legado aos que virão, construindo uma nova identidade de resistência para o futuro.

Estar na capital federal no dia 16 de novembro significou chamar a atenção para a conjuntura atual de exclusão do povo negro. Hoje, do total de 53 milhões de pobres no Brasil, 68% são de negros e negras. O ponto de partida para a Marcha, coloca-se ainda hoje no Pós-Zumbi +10, acima de conjunturas partidárias e governos.

O combate ao racismo e às injustiças passa pela regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial como um instrumento legal, incluindo-se o Fundo Nacional da Promoção da Igualdade Racial, porque o Estatuto sem de-

finição de recursos, sem previsão orçamentária, não tem realidade política.

Continuamos em Marcha exigindo cotas para afrodescendentes nas universidades públicas, titulação e regularização fundiária das terras das comunidades quilombolas, recursos para o financiamento e a execução das políticas públicas de promoção da igualdade racial, democratização dos meios de comunicação, políticas que assegurem os direitos das mulheres negras, da juventude, a defesa das religiões de matriz africana contra a intolerância religiosa e a valorização das diversas expressões e manifestações culturais do povo negro brasileiro.

O durante e o Pós Marcha +10 agregam artistas que não desejam que seu trabalho esteja reduzido a papéis de escravos e trabalhadores domésticos sem conflito, vítimas violentadas dos estupros sem história, a serviço de seus patrões brancos; jornalistas sem liberdade de noticiar os eventos da população negra que são ignorados nas redações dos grandes jornais e revistas; publicitários que são obrigados a criar suas campanhas isolando a participação de afrodescendentes.

Estivemos no dia 16 de novembro de 2005 por nossa conta, não para dividir, e sim com a liberdade do refletir e agir porque não aceitamos mais cangalha em nosso corpo, turvando a nossa visão. Desobediência civil ao jingle de que é dando que recebemos, não como perdidos na noite, cobaias do processo, importando o saber griô do ontem e hoje dos nossos antepassados.

Estivemos por nossa conta porque não acreditamos no grande marketing submetendo o nosso povo ao franchising da senzala; nem essa economia que vai muito bem, mas a matemática usada é $1 + 1 \text{ negro} = \text{zero}$.

Foi e será uma caminhada unificada dos que lutam por cidadania e liberdade. Estaremos por nossa conta para exigir igualdade de gênero e raça em tempo real.

Alzira Rufino é escritora e editora do Boletim Eparrei e Revista Eparrei. É também presidenta da Casa de Cultura da Mulher Negra.



VIGÍLIA PELA SEGURANÇA DAS PERNAMBUCANAS

As penas brandas e a insuficiente rede de atendimento às mulheres vítimas de violência marcou o início de 2006 como um dos anos mais violentos para as pernambucanas. Até 20 de fevereiro, pelo menos 59 mulheres foram assassinadas no estado – mais de um assassinato por dia. Por isso, o Fórum de Mulheres de Pernambuco, após esgotar todas as tentativas de diálogo com o governo estadual, iniciou em janeiro uma ação mensal para denunciar a falta de políticas contra a violência de gênero no estado: a Vigília pelo Fim da Violência contra a Mulher. O ato tem como objetivo dar visibilidade à falta de políticas de segurança, prevenção e combate à violência contra as mulheres e mobilizar a sociedade pernambucana em torno do tema.

A partir de março, além da vigília no Recife, estão programadas vigílias em outros 17 estados e nas cidades do interior de Pernambuco, criando uma mobilização estadual permanente com palavras de ordem que estimulem a denúncia por parte das mulheres em situação de violência, ampliem na sociedade a indignação frente à violência sexista e pressionem o Estado a efetivar políticas de prevenção e enfrentamento da violência.

Pernambuco é um dos estados mais violentos do país, com as mais altas taxas de homicídio do mundo e um quadro crescente de atentados contra as mulheres. Quase todas as mulheres assassinadas neste início de ano foram vítimas de agressões praticadas por parceiros atuais ou por ex-companheiros, no ambiente familiar, doméstico ou mesmo nas ruas. Mas sabemos que, crescentemente, as mulheres também têm sido assassinadas por agressores desconhecidos, o que as deixam duplamente vulneráveis.

Segundo informações coletadas pelo projeto Observatório da Violência contra a Mulher, desenvolvido pelo SOS Corpo, de 2002 a 2005, 1.193 mulheres foram assassinadas em Pernambuco. Nos dados, Recife é apontado como o município com maior número de casos. Os crimes, porém, concentram-se em 10 bairros, onde ocorreram 56% desses homicídios. São eles: Ibura, Nova Descoberta, Iputinga, Imbiribeira, Dois Unidos, Casa Amarela, Santo Amaro, Piedade, Boa Viagem e Afogados.

Um dos fatores que agrava a situação é a falta de um aparato legal que garanta a segurança da vítima e a punição do agressor. Dos 185 municípios pernambucanos, apenas quatro possuem Delegacias Especializadas de Atendimento

à Mulher, somente quatro têm casas-abrigo e dois dispõem de centros de referências municipais (que atendem no Recife e em Olinda).

Os números alarmantes da violência no estado têm chamado atenção de todo o Brasil. No dia 7 de fevereiro, a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, esteve no Recife para propor a criação de um Fórum Estadual pela Segurança da Mulher, cujo início das atividades seria imediato. A proposta foi acatada pelo governo do estado, mas a convocatória para a primeira reunião só foi anunciada uma semana depois, durante a ida da Comissão Externa, liderada pela deputada Luiza Erundina (PSB-SP), para averiguar in loco os casos de violência sexista ocorridos no início do ano. O primeiro encontro dos membros do Fórum está previsto para 14 de março, mais de um mês após o primeiro anúncio.

Em carta aberta, o Fórum de Mulheres de Pernambuco pontuou algumas medidas necessárias para o enfrentamento da violência contra a mulher. São elas: 1) o Estado brasileiro precisa assegurar medidas que garantam a prevenção e o enfrentamento da violência, bem como a proteção das mulheres em situação de violência; 2) os governos municipais, estadual e federal precisam se posicionar imediatamente informando que medidas pretendem tomar para por fim a essa barbárie que atinge as mulheres em Pernambuco; 3) é fundamental a abertura imediata de inquéritos policiais para apuração dos crimes ainda não investigados; 4) exigimos que a formulação de políticas de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres considere a situação de pobreza e a precariedade do trabalho ou o desemprego que atinge a população feminina; e, finalmente, 5) as políticas de segurança pública precisam estar conectadas a outras políticas, dentro de uma ação intersetorial com as demais Secretarias ou áreas de governo (saúde, educação, cultura etc).

Só com um aparato legal eficiente, as mulheres terão alguma chance de denunciar a situação de violência em que vivem. Só dessa forma, poderão enfrentar e não se calar dentro de um contexto mais amplo de desigualdade, comum a todas as mulheres: onde somos vistas com discriminação e preconceito, como pessoas de segunda categoria “que dão motivo para serem vítimas de agressões praticadas por companheiros, ex-companheiros, pais, irmãos, vizinhos”.

Na América Latina, a nova onda democrática revela-se em vários matizes. Da postura anti-imperialista às concessões feitas à hierarquia da Igreja Católica, há frestas por onde se esvaem conteúdos fundamentais à radicalidade democrática. O artigo a seguir foi elaborado pela feminista peruana Cecília Olea, e serviu de base para a sua exposição no Fórum Social Mundial Policêntrico, realizado em Caracas, em janeiro último. Sua análise refere-se à Venezuela de Chavez, à Bolívia de Evo Morales, ao Chile de Michele Bachelet e ao Uruguai de Tabaré Vasquez. E, como @ leitor@ poderá constatar, guarda muita coerência a realidade política brasileira.

DOS LABIRINTOS DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

Cecília Olea Mauleón

Refletir sobre a crise e os limites da onda democrática na América Latina é uma tarefa grande e complexa, sedutora e estimulante. Nessas linhas, lançarei algumas idéias acerca dos regimes políticos e as agrupações (para não dizer partidos políticos) que estão assumindo alguns dos governos nos países da nossa região. Enfatizarei o exercício da cidadania, a partir da relação entre sexualidade e poder.

O novo signo de alguns governos latino-americanos

Nas duas últimas décadas, na maioria dos países da América Latina, sucederam-se regimes eleitos mediante escrutínio universal. A alternância dos governantes em sucessivas eleições não esteve isenta de debilidades, andou acompanhada de processos eleitorais fraudulentos (como o de Fujimori em 1993, 1995 e 2000); de autogolpes, novamente como o do Peru; de mudança de presidentes antes do cumprimento de seus mandatos, como na Argentina, no Equador e na Bolívia. Ao lado dessa onda democrática dos descumprimentos, as fraturas, as tensões, os limites e as negações constituíram a outra face da moeda das promessas da democracia.

O cumprimento dessas promessas esteve relacionado ao chamado processo de reestruturação econômica. Leia-se aplicação do modelo neoliberal, o que trouxe, como consequência, a dilatação da fenda que separa os que mais têm dos que menos têm.

A média de desigualdade no mundo, na década de 1990, foi de 0,381. Na América Latina de 0,576. A reforma econômica – aplicação do modelo neoliberal –, medida entre 0 e 1, passou de 0,58 nos anos 1980 para 0,83 nos anos 2000. Em 1990, os 10% da população latino-americana com rendimentos mais elevados tinham 25,4 vezes a renda dos 10% da população com menores rendimentos. No ano 2002, a diferença já havia crescido substantivamente. Os 10% da população com renda mais elevada tinham 40 vezes a renda dos 10% da população com menores rendimentos.

As duas últimas décadas não foram somente de eleições débeis e de aumento da pobreza. A década dos 1990

também significou o reconhecimento de normas legais que estabeleceram instrumentos para a defesa frente à violência contra as mulheres; a adoção de medidas de ação positiva para garantir a presença das mulheres nos processos eleitorais; e a declaração, por parte de alguns Estados, de seu interesse em ter políticas de gênero efetivadas pela conformação de mecanismos de políticas chamados institutos, secretarias, ministérios ou vice-ministérios.

Escutar o presidente venezuelano dizer “Sr. Bush, você não pode nos impor condições unilaterais”. Ver Evo Morales, o defensor da folha de coca, prestar juramento como Presidente Constitucional da Bolívia. A assistir à eleição como presidenta da República de uma mulher agnóstica, duas vezes divorciada (quando no Chile não havia divórcio), além de ter sido presa e torturada por Pinochet. Evidentemente, tudo isso nos enche de alegria. Porém, a força dessa alegria se encontra com a força da preocupação e do desencanto pelos desvios autoritários expressos na tentação do pensamento único na Venezuela, pela incerteza frente a como será o comportamento político dos integrantes do Movimiento al Socialismo (MAS) na Bolívia.

Irão responder a interesses pessoais ou coletivos? Esses regimes antiimperialistas e com características modernas vão enfrentar a hierarquia da Igreja Católica em relação às políticas de saúde sexual e saúde reprodutiva? Ou o aborto clandestino, porém seguro, seguirá sendo privilégio das mulheres com recursos econômicos? A administração de Michele Bachelet questionará o modelo neoliberal que exclui a maioria dos chilenos e chilenas e privatiza o acesso aos direitos?

Sexualidade e Poder: os imaginários da cidadania

O contexto político é lido a partir de realidades e ferramentas, com as quais cada um atua, vive, vivencia e imagina. A prestação de contas aos governos, as demandas que colocamos no espaço público e com que nos organizamos na sociedade respondem a esses imaginários que construímos. Como afirma Gabriel Garcia Márquez, “recordem que as coisas do mundo, desde os transplantes de coração até os quartetos de Beethoven, estiveram na mente de seus criadores antes de estar na realidade”. A sexualidade é uma das dimensões constitutivas da identidade do ser humano. É uma construção cujo exercício pode constituir/ser uma fonte de realização, de prática da autonomia individual de liberdade, de vínculo com o outro, de construção de afetividade, de enriquecimento da subjetividade, de sentimento de pertencimento a uma comunidade maior.

Bush e a hierarquia da Igreja Católica, entre outros, se deram conta perfeitamente da relação entre sexualidade e poder para tentar disciplinar o ser humano. Parte dos conteúdos com que Bush realizou sua campanha política para a reeleição teve como tema as políticas de sexualidade: proibir os matrimônios de pessoas do mesmo sexo, desprestigar o uso da camisinha, tornar-se guardião da família nuclear clássica, impor a proibição de ações relacionadas ao acesso ao aborto legal às organizações e aos governos que recebam dinheiro do fundo para atividades de população da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Por sua vez, a hierarquia católica se preocupa em emitir mandatos a serem observados por seus fiéis sobre a conduta ética em sexualidade, como a respeito do uso de métodos anticoncepcionais modernos, da exclusão dos/das homossexuais do plano de Deus, da proibição do uso da camisinha.

Na nossa região, por exemplo, essa política se manifesta na instauração do dia do não-nascido e na pressão da hierarquia da Igreja Católica aos executivos e legislativos para que não ampliem o acesso aos métodos anticoncepcionais. Nos intentos dos legisladores (como no Peru), para que desapareçam a palavra gênero das políticas estatais.

O comportamento dos governos e sociedades civis antiimperialistas frente a esses elementos não tem sido nem de demonstrar força nem de marcar presença e, muito menos, de dar centralidade política à questão, como a que foi conferida a temas como a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a dívida externa. Por quê? Se o aborto clandestino e inseguro é a terceira causa de mortalidade materna. A Venezuela Chavista, no entanto, não modifica o Código Penal que criminaliza as mulheres que interrompem a gravidez. Em 2004, o Senado Uruguaio rejeitou a Lei de Defesa da Saúde Reprodutiva, que continha normas para acessar a informação e formação em sexualidade, incluindo o aborto legal e seguro. Até agora, o Uruguai de Tabaré Vázquez não colocou essa matéria na agenda legislativa e o presidente se deu ao luxo de dizer que, se a lei for aprovada, ele a observará. Ele adiantou a sua opinião. Mas com que objetivo? Para ficar bem com a hierarquia Católica em um país de larga tradição laica?

Será que somente nós, as feministas, queremos prazer sexual?

Os temas relativos às políticas do corpo somente são observados por movimentos feministas e os de diversidade sexual. É como se as pessoas que integram os demais movimentos não tivessem corpo, não tivessem desejos, ou não lhes interesse o fato de que seus corpos e desejos sejam disciplinados. Martha Nussbaum e Amartya Sen afirmam que “quando nos perguntamos sobre a prosperidade de uma nação ou região do mundo e sobre a qualidade de vida de seus habitantes... como a determinamos? Precisamos saber de sua saúde e dos serviços médicos, conhecer sua educação – e não somente a sua, mas também de sua natureza e qualidade. É necessário saber acerca do trabalho, de que privilégios legais desfrutam os cidadãos, que liberdades têm para conduzir suas relações sociais e pessoais, e como estão estruturadas as relações familiares e as relações entre os gêneros. Sobretudo, requer saber a forma como a sociedade permite às pessoas imaginar, maravilhar-se, sentir emoções como o amor, a gratidão, que pressupõem que a vida é mais que um conjunto de relações comerciais”.

Se recorrermos às agendas dos diversos movimentos sociais, vai parecer que reeditamos a divisão entre o corpo e a mente, entre a produção e a reprodução. Será que os temas relativos à sexualidade seguem, no imaginário, vinculados à reprodução? Será que os revolucionários do século XXI seguem pensando que a reprodução é somente um problema das mulheres?

Desafios

Reinventar os conteúdos e fronteiras da política deve significar voltar a perguntar sobre essa relação hierárquica entre centro e periferia. Temos de recorrer, outra vez, ao público e o ao privado e desmontar as atuais relações de poder entre os dois âmbitos dentro deles mesmos. Temos de nos encarregar de nossas próprias vivências e das decisões que acompanham, sendo que isso deve conter nossos sentimentos. Não podemos deixar nas mãos do Estado, nem de Deus, nem do azar, a responsabilidade que nos cabe em relação ao exercício dos direitos, ao comportamento ético. E isso deve conter as nossas práticas e imaginários sobre a sexualidade e demais campos que acompanham seu exercício.

Temos de seguir fortalecendo o existente e reinventando zonas de fronteira, essas entendidas como espaços de encontro entre diferentes.

O outro mundo possível que queremos construir, nós o imaginamos com seres humanos que assumem seus corpos, seus sentimentos, fantasias e desejos.

Cecília Olea Mauleón é feminista nascida no Peru e integrante da Articulación Feminista Marcosur. Atualmente, trabalha no Programa de Direitos Humanos das Mulheres, do Centro da Mulher Peruana Flora Tristan.

UM OLHAR FEMINISTA SOBRE AS REFORMAS TRABALHISTA E SINDICAL

O CFEMEA lança, em março, a publicação *Perspectivas e Críticas Feministas sobre as Reformas Trabalhistas e Sindical*. Trata-se de um dos resultados do projeto Intervindo para mudar: a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista sob a ótica de gênero e da inclusão social, desenvolvido pelo Centro entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2006 com o apoio do Fundo para a Igualdade de Gênero da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (FIG/CIDA). A intenção é oferecer argumentos para que se estabeleçam processos e mecanismos para a equidade de gênero e raça tanto na legislação trabalhista como na previdenciária. Com os argumentos apresentados no livro, busca-se afirmar a perspectiva da inclusão social nos debates sobre a reforma do Estado.

Em sua primeira parte, a obra traz artigo da professora titular de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro Bila Sorj. Nele, são analisados aspectos históricos da segregação de gênero no mercado de trabalho e as razões de sua perpetuação.

A verdadeira promoção da igualdade de gênero, diz a socióloga, implica um conjunto de transformações, entre as quais se destaca a reforma da legislação trabalhista. Nesse contexto, ela ressalta a redução da jornada de trabalho e a ampliação de direitos trabalhistas sem distinção de sexo.

REPRESENTATIVIDADE – Outro importante tema tratado no livro é a reforma Sindical, em artigo de autoria da especialista em relações de gênero na Educação, na Ciência e no Trabalho, com ênfase na elaboração de políticas públicas Silvia Cristina Yannoulas. A pesquisadora da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (Flacso/Brasil) propõe a inclusão de seis pontos no texto da Proposta de

Emenda Constitucional (PEC) 369/05, que trata da reforma Sindical:

1. a composição do Conselho Nacional de Relações de Trabalho, visando à participação igualitária das trabalhadoras e empresárias nas decisões sobre as relações de trabalho;
2. atribuições do Conselho Nacional de Relações de Trabalho, estabelecendo quesitos de sexo/gênero e raça/cor em todos os programas, estudos e pesquisas financiados pelo Fundo Solidário de Promoção Sindical;
3. definição do diálogo social, proporcionando a participação de outros grupos na sociedade civil organizada, como por exemplo os movimentos de mulheres;
4. critérios para estabelecer a representatividade na organização sindical, levando em conta a participação das mulheres nas diversas categorias profissionais e seu grau de sindicalização;
5. promoção e registro, na base de dados sobre negociação coletiva, de cláusulas favoráveis à promoção da equidade de gênero;
6. articulação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e das Delegacias Regionais de Trabalho para a composição e resolução de conflitos no trabalho.

Segundo Silvia, a intenção do estudo que deu origem a essas propostas é problematizar, discutir e organizar as principais reivindicações das mulheres no que diz respeito ao tema. Espera-se que a sua difusão contribua para o fortalecimento da ação feminista na luta por relações mais equânimes e igualitárias no mundo do trabalho.

Interessad@s em ter acesso à publicação devem solicitá-la gratuitamente ao próprio CFEMEA.

Programa-se

Feminismo Anti-racista e Transformação Social

No dia 31 de março, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) promoverá, em Itamaracá (PE), seu seminário nacional com o tema feminismo anti-racista e transformação social. Serão debatidos os fundamentos teóricos e políticos necessários para orientar o pensamento e a prática política feminista anti-racista, que alcancem a transformação social no país. As discussões seguirão por dois eixos principais: as referências conceituais de uma matriz crítico-analítica do feminismo e os desafios para esse movimento como força política transformadora. Outras informações na página eletrônica da AMB, www.articulacaodemulheres.org.br.

Orçamento Público: limites e possibilidades para a Igualdade e Justiça Social

Em parceria com a AMB e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), o CFEMEA realizará, nos dias 29 e 30 de março, também em Itamaracá (PE), o curso Orçamento Público: limites e possibilidades para a Igualdade e Justiça Social. Voltadas para os movimentos de mulheres, as aulas deverão reunir cerca de 40 pessoas atuantes em Fóruns e Articulações Estaduais de Mulheres, bem como em organizações de mulheres negras. A atividade antecede o Seminário Feminismo Anti-racista e Transformação Social. Para facilitar e aprofundar o debate, será publicado, em junho, um Caderno de Discussão, com textos analíticos e orientações sobre como incidir sobre o processo orçamentário, de modo a democratizá-lo e dirigi-lo à promoção da justiça social e da igualdade. Outras informações a respeito do curso na página eletrônica www.cfemea.org.br.